



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 657, DE 2014
(do Poder Executivo)

Altera a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências.

EMENDA AGLUTINATIVA Nº 3

Com base no art. 2º-C do texto original da MP nº 657, de 2014, e nas Emendas nº 25, 26 e 54, apresentadas à proposição, submeta-se a seguinte Emenda Aglutinativa à aprovação do Plenário da Câmara dos Deputados.

O art. 2º-C, constante do art. 1º da MP nº 657, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação (Emenda nº 26):

“Art. 2º-C O cargo de diretor-geral é privativo de delegado de Polícia Federal integrante da classe especial, sendo a nomeação pelo Presidente da República precedida de aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal”. (NR)

Acrescente-se ao art. 1º da MP nº 657, de 2014, o seguinte artigo (Emenda nº 54):

“Art. 2º-D. Os ocupantes do cargo de Perito Criminal Federal são responsáveis pela direção das atividades periciais do órgão.

Parágrafo único. É assegurada aos ocupantes do cargo de Perito Criminal Federal autonomia técnica e científica no exercício de suas atividades periciais, e o ingresso no cargo far-se-á mediante concurso público de provas e título, exigida formação superior e específica.

Acrescente-se os seguintes artigos 2º e 3º à Medida Provisória 657 de 2014, renumerando-se o atual art. 2º (Emenda nº 25).

“Art. 2º. Os artigos 2º e o § 1º do art. 5º, da Lei nº 9.264 de 07 de fevereiro de 1996, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 2º. A Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, de natureza jurídica e policial, é constituída do cargo de Delegado de Polícia.




CÂMARA DOS DEPUTADOS

.....(NR)
Art. 5º

.....
§ 1º O ingresso na Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, exigindo-se diploma de Bacharel em Direito e, no mínimo, 3 (três) anos de atividade jurídica ou policial, comprovados no ato da posse.”

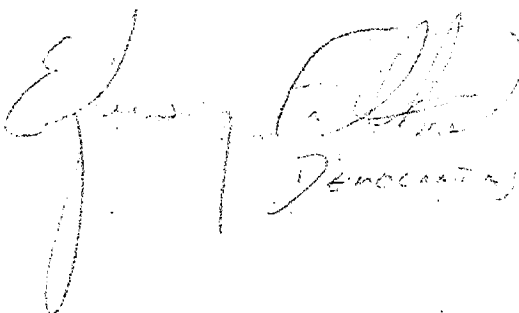
..... (NR)
“Art. 3º. Acrescente-se o Art. 12-A à da Lei nº 9.264 de 7 de fevereiro de 1996:
“Art. 12-A. O cargo de Diretor-Geral, nomeado pelo Governador do Distrito Federal, é privativo de delegado de polícia do Distrito Federal integrante da classe especial.” (NR)

Sala das Sessões, de novembro de 2014.



Deputado ANTÔNIO IMBASSAHY

Líder do PSDB


Emanoel F. de Sá
Democratas